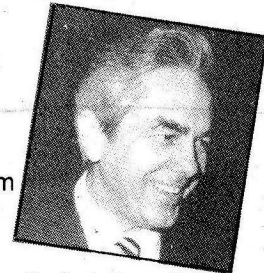


Bracher volta hoje. Com ou sem acordo.



As negociações com os bancos credores estavam praticamente concluídas. E hoje termina o prazo dado pelo governo dos EUA.

As últimas horas da noite de ontem (hora de Brasília), o porta-voz do Citicorp anunciou, mais uma vez, aos repórteres, que o acordo entre os bancos credores e o Brasil estava quase concluído e que eles poderiam esperar mais um pouco, apesar do frio.

As seis horas da tarde, da janela em que passou os últimos 21 dias com sua equipe, o negociador brasileiro, Fernão Bracher (foto), havia enviado alguns sinais otimistas aos repórteres na rua. Primeiro, ele mostrou o polegar, indicando que tudo estava positivo. Depois, quando os repórteres perguntaram, também por gestos, se as negociações estavam encerradas, ele juntou as mãos e as levou ao ombro, como se comemorasse uma vitória. A esses sinais se acrescentaria outro, feito por Sérgio Amaral (da Embaixada brasileira), da mesma janela, também com o polegar: positivo.

Apesar disso, os negociadores brasileiros sumiram, entrando em uma reunião com os banqueiros credores. Parecia que os sinais positivos não seriam confirmados na prática. Fernão Bracher foi visto ainda voltando ao telefone e a suposição foi de que falava com o Brasil. O porta-voz dos bancos credores, sem desmentir que as negociações estivessem no fim, advertia os repórteres para mais uma noite passada na rua e sob um vento de três graus, à espera de um acordo.

A tarde, David Mulford, subsecretário do Tesouro e um dos autores da fórmula para tirar as negociações do impasse, havia dito a uma Subcomissão do Congresso americano que as negociações com o Brasil estavam bem e próximas do final.

"Uma coisa está certa", disse Bracher ontem de manhã. "Vou passar esse fim de semana no Brasil."

— A moratória da Argentina não afeta a negociação? — perguntou-lhe um repórter (veja na página 11).

"Não, não afeta", ele respondeu com ironia.

Horas antes, às 3h30 da madrugada no horário brasileiro, Bracher tinha saído de uma reunião iniciada às 11 horas da manhã anterior. William Rhodes, presidente do comitê credor, saía antes dele e quando a imprensa o cercou, querendo saber o que atrasava tanto um acordo provisório, ele respondeu secamente: "Perguntem ao sr. Bracher".

Quando consultado, Bracher surpreendeu-se de que Rhodes achasse que ele é quem teria a explicação. "Ele disse isso, é?", perguntou, e começou a brincar com os repórteres dizendo que seu filho nasceu em Friburgo perto da Basileia, na Suíça, onde em princípio deverá ser depositado o total de 4,5 bilhões de dólares do acordo negociado nos últimos 21 dias. Um terço por conta do Brasil e dois terços por conta dos bancos.

Juros

Um novo impasse que bloqueou um acordo anteontem foi provocado pela taxa de juros a ser cobrada pelos três bilhões de dólares que os bancos vão depositar para que o Brasil lhes pague os juros devidos. Os bancos pediam a Libor mais 1 1/8 enquanto o Brasil oferecia mais 5/8.

Do lado brasileiro esse parecia o último detalhe a ser acertado. Mas para os bancos, não. Faltava-lhes, por exemplo, discutir o critério que adotarão para levantar entre eles os três bilhões de dólares prometidos.

Bracher não sabia, ao entrar quase ao meio-dia para uma nova reunião, se sairia dela cedo ou, como no dia anterior, pela madrugada. Repetiu que "depende deles". Sua sobrancelha direita estava arrepiada, formando um ângulo curioso em sua testa.

Mas não há mais tanto tempo disponível para as negociações, segundo o **Wall Street Journal** de ontem. O prazo para um acordo dado pelo governo americano encerra-se hoje.

A partir de hoje, a qualquer momento, o secretário do Tesouro, James Baker, poderá assinar, não havendo um acordo, a recomendação, feita por uma comissão interagências, de rebaixamento da dívida brasileira. Isso obrigará os bancos americanos a abater 10% da dívida de 67 bilhões de dólares do Brasil, ou até mais se computados os juros acumulados desde a proclamação da moratória. Para eles, neste momento em que a Bolsa de Valores se mostra volátil, este abatimento seria desastroso, um duro golpe para seus acionistas. Se punidos pela moratória brasileira, poucos bancos, porém, se sentiriam à vontade para partir para represálias tipo seqüestro de bens, como já insinuado, pois a maioria tem muitos interesses em jogo no Brasil.

Moisés Rabinovici, de Nova York.



Em Brasília, Sarney com Bresser e Milliet: o assunto era dívida, sem motivo para alegria.